



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**LIII CONCURSO PÚBLICO PARA OUTORGA DAS DELEGAÇÕES
DAS ATIVIDADES NOTARIAIS E/OU REGISTRAIS**

AVISO TJ Nº 106/2012

**QUESTÕES DE PROVAS E GABARITOS PRELIMINARES
DAS PROVAS OBJETIVAS DE SELEÇÃO**

O Presidente da Comissão do LIII Concurso Público para a Outorga das Delegações das Atividades Notariais e/ou Registrais, no uso das suas atribuições e tendo em vista a aplicação das Provas Objetivas de Seleção para ingresso pelos critérios de Admissão e Remoção em 19/08/2012 e, ainda, de acordo com o respectivo Edital publicado no Diário da Justiça Eletrônico, de 27/04/2012, **RESOLVE:**

I – **TORNAR PÚBLICA** a Prova 'A' de cada critério de ingresso (Admissão e Remoção) com os respectivos gabaritos, bem como os gabaritos das demais provas.

II – **AVISAR** que, considerando que as demais provas se diferem apenas na ordenação das questões e alternativas, com vistas a facilitar a consulta, o candidato deverá acessar o site da CETRO CONCURSOS (www.cetroconcursos.org.br) onde estarão disponibilizados todos os modelos de provas e gabaritos.

III – **AVISAR** que diante da ocorrência de problemas operacionais verificados junto à informática do TJERJ que impossibilitaram a publicação do presente Aviso no dia 22/08/2012, data prevista no cronograma do Edital, o período para interposição de recurso quanto ao gabarito e/ou conteúdo das questões será de **23 a 25/08/2012**, devendo os candidatos proceder conforme as regras previstas no item 18 do Edital do certame.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2012.

Desembargador HELENO RIBEIRO PEREIRA NUNES

Presidente da Comissão do Concurso

Prova A – Admissão

REGISTROS PÚBLICOS

1. Em relação ao parcelamento de solo urbano, assinale a alternativa correta.
 - (A) Poderá ser feito exclusivamente por loteamento.
 - (B) Somente será admitido o parcelamento do solo para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão ou de urbanização específica, assim definidas pelo Plano Diretor ou aprovadas por lei municipal.
 - (C) O loteador poderá fundamentar qualquer ação ou defesa, com base na lei de regência do parcelamento do solo urbano, sem apresentação dos registros a que ela se refere.
 - (D) Os loteadores que já tenham vendido todos os lotes não são partes legítimas para promover ação destinada a impedir construção em desacordo com restrições legais ou contratuais.
 - (E) Não caracteriza irregularidade vender ou prometer vender parcela de loteamento não registrado.

2. Sobre incorporação imobiliária, é **incorreto** afirmar que
 - (A) o incorporador não poderá fixar, para efetivação da incorporação, prazo de carência, dentro do qual lhe é lícito desistir do empreendimento.
 - (B) o oficial do registro de imóveis responde civil e criminalmente caso efetue o arquivamento de documentação contraveniente à lei ou der certidão sem o arquivamento de todos os documentos exigidos.
 - (C) a existência de ônus fiscais ou reais, salvo os impeditivos de alienação, não impedem o registro, que será feito com as devidas ressalvas, mencionando-se, em todos os documentos extraídos do registro, a existência e a extensão dos ônus.
 - (D) o registro da incorporação será válido pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, findo o qual, se ela ainda não se houver concretizado, o incorporador só poderá negociar unidades depois de atualizar a documentação legal, revalidando o registro por igual prazo.
 - (E) após a concessão do “habite-se” pela autoridade administrativa, o incorporador deverá requerer a averbação da construção das edificações, para efeito de individualização e discriminação das unidades, respondendo perante os adquirentes pelas perdas e danos que resultem da demora no cumprimento dessa obrigação.

3. Em relação à aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
 - () A aquisição de imóvel rural por pessoa física estrangeira não poderá exceder a 50 (cinquenta) módulos de exploração indefinida, em área contínua ou descontínua.
 - () Na aquisição de imóvel rural por pessoa estrangeira, física ou jurídica, é da essência do ato a escritura pública.
 - () As pessoas jurídicas estrangeiras só poderão adquirir imóveis rurais destinados à implantação de projetos agrícolas, pecuários, industriais, ou de colonização, vinculados aos seus objetivos estatutários.
 - (A) V/ V/ F
 - (B) V/ F/ F
 - (C) F/ F/ V
 - (D) V/ V/ V
 - (E) F/ F/ F

4. Em relação ao ingresso na atividade notarial ou de registro, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
 - () A delegação para o exercício da atividade notarial e de registro depende, entre outros requisitos, de registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.
 - () A Legislação Federal disporá sobre as normas e critérios para o concurso de remoção.
 - () Ao concurso de remoção somente serão admitidos titulares que exerçam a atividade por mais de um ano.
 - (A) V/ V/ F
 - (B) V/ F/ F
 - (C) F/ F/ V
 - (D) V/ V/ V
 - (E) F/ F/ F

5. No registro civil das pessoas naturais, **não** serão registrado(a)s nem averbado(a)s
- (A) as convenções antenupciais.
 - (B) os casamentos de que resultar a legitimação de filhos havidos ou concedidos anteriormente.
 - (C) as sentenças que decidirem a nulidade ou anulação do casamento.
 - (D) as escrituras de adoção e os atos que a dissolverem.
 - (E) as opções de nacionalidade.
6. Sobre a publicidade dos Registros Públicos, assinale a alternativa correta.
- (A) Nas certidões de registro civil, não se mencionará a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação, mesmo diante de requerimento do próprio interessado.
 - (B) As certidões podem ser requeridas por qualquer pessoa, desde que informem ao oficial o motivo ou o interesse do pedido.
 - (C) As certidões podem ser lavradas em inteiro teor, em resumo ou em relatório.
 - (D) As certidões de nascimento mencionarão obrigatoriamente a data em que foi feito o assento, a data do nascimento, o lugar onde ocorreu o nascimento e a forma como se deu o parto.
 - (E) As certidões extraídas deverão ser fornecidas em papel ou eletronicamente, a critério do solicitante.
7. Sobre o registro de imóveis, é correto afirmar que
- (A) a matrícula do imóvel promovida pelo titular do domínio direto não aproveita ao titular de domínio útil, e vice-versa.
 - (B) se a apresentação para registro tiver sido feita antes do termo legal da falência, não serão nulos os registros, ainda que realizados após a sentença de abertura de falência.
 - (C) as nulidades de pleno direito do registro, uma vez provadas, e sempre dependentes de ação direta, serão invalidadas.
 - (D) o registro da penhora não é suficiente para fazer prova quanto à fraude de qualquer transação posterior.
 - (E) o registro do penhor rural depende do consentimento do credor hipotecário.
8. Sobre o registro de imóveis, analise as assertivas abaixo.
- I. Nos termos legais, “registro” é uma designação genérica que engloba a inscrição e a transcrição a que se referem as leis civis.
 - II. O desmembramento territorial posterior ao registro exige sua repetição no novo cartório.
 - III. Os atos relativos às vias férreas serão registrados no cartório correspondente à estação final da respectiva linha.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.

DIREITO CONSTITUCIONAL

9. A doutrina constitucional descreve uma maneira de exercício do poder constituinte que se dá de forma permanente e por mecanismos informais, o que ocorre, por exemplo, com a interpretação das normas constitucionais. Essa modalidade de poder constituinte pode ser chamada de
- (A) Poder Constituinte Originário.
 - (B) Poder Constituinte Concentrado.
 - (C) Poder Constituinte Hermenêutico.
 - (D) Poder Constituinte Difuso.
 - (E) Poder Constituinte Integrador.
10. Acerca da ordem econômica financeira, analise as assertivas abaixo.

- I. Uma das formas de atuação direta do Estado no domínio econômico ocorre quando a alíquota do IPI é alterada para fomentar determinada indústria.
- II. A expressão Ordem Econômica não pode ser considerada sinônima de Constituição Econômica.
- III. Uma das formas de atuação indireta do Estado no domínio econômico ocorre quando ele próprio vem a desenvolver qualquer atividade econômica, por intermédio, por exemplo, de uma sociedade de economia mista.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

11. Em relação às políticas de proteção ao meio ambiente, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental para os alunos do ensino básico, sendo facultativo para os outros níveis de ensino, nos termos da Lei.
- () Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica previamente apresentada ao órgão público competente.
- () O estudo prévio de impacto ambiental é regularmente sigiloso.

- (A) V/ V/ V
- (B) V/ F/ F
- (C) V/ F/ V
- (D) F/ V/ V
- (E) F/ F/ F

12. É da competência exclusiva do Congresso Nacional

- (A) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (B) eleger membros do Conselho da República.
- (C) aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2.500 (dois mil e quinhentos) hectares.
- (D) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- (E) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

13. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros, sendo precisamente um

- (A) juiz estadual, indicado pelo Tribunal de Justiça correspondente.
- (B) Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) juiz do Tribunal Regional Federal, indicado pelo próprio Tribunal.
- (D) advogado, indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados.
- (E) juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

14. Sobre nacionalidade, é correto afirmar que

- (A) são privativos de brasileiros natos os cargos de Senador.
- (B) não será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, se em decorrência de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
- (C) a lei ordinária poderá estabelecer distinção de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados, ainda que não previstas as distinções no texto constitucional.

- (D) os estrangeiros, de qualquer nacionalidade, residentes no Brasil há mais de 15 (quinze) anos, tornam-se automaticamente brasileiros.
- (E) são privativos de brasileiros natos os cargos de Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

DIREITO ADMINISTRATIVO

15. Em relação à intervenção do Estado na propriedade, analise as assertivas abaixo.

- I. A execução ou promoção da desapropriação para fins de reforma agrária ou para fins de desenvolvimento urbano é de competência exclusiva da União.
- II. A redestinação ocorre na hipótese de a Administração Pública, após a desapropriação, vir a atribuir outro destino ao bem desapropriado, que não o indicado no decreto expropriatório.
- III. A desapropriação se restringe aos bens particulares, ou seja, não incide sobre bens públicos, independentemente se pertencem a entidades estatais distintas.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

16. A respeito da moralidade na Administração Pública, analise as assertivas abaixo.

- I. Responde nos termos da Lei de Improbidade as pessoas que, mesmo não sendo agentes públicos, induzam ou concorram para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.
- II. Para os fins de aplicação da Lei de Improbidade, reputa-se agente público todo aquele que exerce, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades da administração direta, indireta ou fundacional, salvo se transitoriamente ou sem remuneração.
- III. A responsabilidade pela lesão ao patrimônio público não se estende a herdeiros.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

17. De acordo com o que dispõe o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Rio de Janeiro (CODJERJ), analise as assertivas abaixo.

- I. Os Oficiais de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro são obrigados a averbar, sem ônus para as partes, as mudanças de numeração dos imóveis e de nomenclatura dos logradouros, com base na comunicação que lhes for enviada pelos competentes órgãos administrativos do Estado.
- II. Na comarca da capital, os atos sujeitos ao registro civil das pessoas jurídicas dependerão de distribuição.
- III. Os traslados ou certidões dos instrumentos públicos de procuração com poderes para a alienação de imóveis serão facultativamente autenticados pelo Tabelião.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

18. Sobre o que dispõe o CODJERJ, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- () Os Tabeliães de Notas poderão ser substituídos por escreventes juramentados na lavratura de atos, contratos e instrumentos realizados nos cartórios, mas não fora dele.
 - () Os Tabeliães são litisconsortes necessários para a defesa dos atos por eles praticados e que se pretendam anular.
 - () Para o desempenho de seu ofício, os Tabeliães escriturarão os livros obrigatórios exclusivamente, sendo vedada a criação de outros.
- (A) V/ F/ F
(B) V/ V/ F
(C) F/ F/ V
(D) F/ V/ F
(E) F/ F/ F
19. Assinale a alternativa correta em relação aos atos administrativos.
- (A) São inteiramente revogáveis.
 - (B) São irrevogáveis, sempre.
 - (C) São revogáveis os atos de efeitos instantâneos.
 - (D) São irrevogáveis os atos que geraram direitos subjetivos aos beneficiários.
 - (E) São revogáveis os atos vinculados.
20. Sobre a afetação e a desafetação de bem público, é correto afirmar que
- (A) mesmo enquanto afetado, o bem público pode ser livremente alienado.
 - (B) o ente público poderá conceder direito real de uso de bem público afetado.
 - (C) a competência para afetar ou desafetar um bem é exclusiva da pessoa política proprietária do bem.
 - (D) os bens de uso comum do povo não são afetados.
 - (E) os bens dominicais também são bens afetados e, portanto, inalienáveis.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. Na transmissão de bens imóveis, o Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD) compete ao Estado
- (A) do domicílio do doador ou do donatário.
 - (B) do domicílio do donatário, apenas.
 - (C) do domicílio do doador, apenas.
 - (D) onde foi processado o inventário.
 - (E) da situação do bem ou ao Distrito Federal.
22. Acerca das discussões no STF sobre constitucionalidade no âmbito tributário, analise as assertivas abaixo.
- I. É inconstitucional a incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre operações de locação de bens móveis.
 - II. É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
 - III. É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) III, apenas.

23. Sobre o Imposto de Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis (ITBI), analise as assertivas abaixo.

- I. Compete aos Municípios instituir o imposto que incidirá sobre todas as transmissões *inter vivos* que envolvam todos os direitos reais sobre imóveis.
- II. O imposto incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- III. É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o Imposto de Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis (ITBI) com base no valor venal do imóvel.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

24. Em relação ao Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), é correto afirmar que

- (A) a simples remessa do carnê para pagamento do IPTU ao endereço do contribuinte configura notificação de lançamento.
- (B) o lançamento é feito por homologação.
- (C) não se admite, como contribuinte, o possuidor do imóvel a qualquer título.
- (D) tem como função preponderante funcionar como forma direta de intervenção do Estado no domínio econômico, ou seja, a extrafiscalidade.
- (E) é inconstitucional a lei do município que reduz o IPTU sobre imóvel ocupado pela residência do proprietário, que não possua outro.

25. Sobre decadência tributária, é correto afirmar que

- (A) o prazo para o ajuizamento da execução fiscal é de natureza decadencial.
- (B) pela decadência, está extinto o direito de lançar.
- (C) o prazo decadencial se inicia da data da constituição definitiva do crédito tributário.
- (D) as normas pertinentes à decadência podem ser veiculadas por leis ordinárias.
- (E) a decadência se interrompe pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal.

26. Sobre responsabilidade tributária, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A sucessão é modalidade de sujeição passiva indireta ou responsabilidade por transferência.
- () A responsabilidade por substituição ocorre quando a obrigação tributária já nasce, por previsão legal, diretamente na pessoa de terceiro.
- () É possível uma modalidade de substituição tributária intitulada regressiva, que ocorre mediante o diferimento do tributo.

- (A) V/ F/ V
- (B) V/ V/ F
- (C) F/ F/ V
- (D) V/ V/ V
- (E) F/ F/ F

DIREITO CIVIL

27. É correto afirmar que o registro dos direitos autorais

- (A) é constitutivo do direito de propriedade.
- (B) é meramente declarativo do direito de propriedade.
- (C) deve ser realizado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

- (D) é obrigatório apenas em casos de exploração econômica dos bens tutelados.
- (E) é necessário para que o criador possa exercer tanto os direitos patrimoniais decorrentes da criação quanto os personalíssimos.

28. Quanto ao contrato de doação, é correto afirmar que

- (A) é anulável a doação de todos os bens sem reserva de parte, ou renda suficiente para a subsistência do doador.
- (B) é anulável a doação quanto à parte que exceder a de que o doador, no momento da liberalidade, poderia dispor em testamento.
- (C) a doação será realizada sempre por escritura pública ou particular, mas nunca verbalmente.
- (D) é possível a renúncia antecipada do direito de revogar a liberalidade por ingratidão do donatário.
- (E) não prevalece cláusula de reversão em favor de terceiro.

29. Sobre hipoteca, analise as assertivas abaixo.

- I. Pode ser objeto de hipoteca o domínio direto, mas não o domínio útil.
- II. O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele, mediante novo título, desde que em favor de outro credor.
- III. O adquirente do imóvel hipotecado, desde que não se tenha obrigado pessoalmente a pagar as dívidas aos credores hipotecários, poderá exonerar-se da hipoteca, abandonando-lhes o imóvel.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

30. É correto afirmar que é nulo o casamento

- (A) de quem não completou a idade mínima para casar.
- (B) por incompetência da autoridade celebrante.
- (C) realizado pelo mandatário, sem que ele ou o outro contraente soubesse da revogação do mandato, e não sobrevivendo coabitação entre os cônjuges.
- (D) do incapaz de consentir ou manifestar, de modo inequívoco, o seu consentimento.
- (E) contraído por infringência de impedimento.

31. Sobre o reconhecimento de filhos havidos fora do casamento, é **incorreto** afirmar que

- (A) é ato irrevogável.
- (B) poderá ser feito por escrito particular, a ser arquivado em cartório.
- (C) poderá ser feito por testamento, ainda que incidentalmente manifestado.
- (D) tanto o filho maior quanto o menor não precisam consentir e nem podem impugnar o reconhecimento.
- (E) são ineficazes a condição e o termo apostos ao ato de reconhecimento de filho.

32. É correto afirmar que o testamento,

- (A) quando particular, pode ser escrito em língua estrangeira, contanto que as testemunhas a compreendam.
- (B) quando ordinário, pode ser público, cerrado, particular ou militar.
- (C) quando cerrado, deve obrigatoriamente ser redigido pelo testador.
- (D) quando conjuntivo, é válido e permitido.
- (E) no qual se impõe a cláusula de inalienabilidade aos bens por ato de liberalidade, não implica a impenhorabilidade e incomunicabilidade.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

33. Sobre os recursos no processo civil, é **incorreto** afirmar que
- (A) quando não forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial relativo à parte unânime da decisão terá como dia de início aquele em que transitar em julgado a decisão por maioria de votos.
 - (B) o recurso adesivo será admissível na apelação, nos embargos infringentes, no recurso extraordinário e no recurso especial.
 - (C) o recurso adesivo não será conhecido se houver desistência do recurso principal, ou se for ele declarado inadmissível ou deserto.
 - (D) a apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo quando interposta de sentença que decidir o processo cautelar.
 - (E) a apelação será recebida apenas em seu efeito devolutivo quando interposta de sentença que confirmar a antecipação dos efeitos da tutela.
34. Sobre o processo de execução, analise as assertivas abaixo.
- I. É definitiva a execução fundada em título extrajudicial, assim como a execução enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo.
 - II. Ficam sujeitos à execução os bens do sucessor a título singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória.
 - III. O credor, que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor, poderá promover a execução sobre outros bens, mesmo antes de excutida a coisa que se achar em seu poder.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
35. Quanto às ações de divisão e de demarcação de terras particulares, é **incorreto** afirmar que
- (A) cabe a ação de demarcação ao proprietário para obrigar o seu confinante a estrear os respectivos prédios, fixando-se novos limites entre eles ou aviventando-se os já apagados.
 - (B) é lícita a cumulação destas ações.
 - (C) o autor pode requerer a demarcação com queixa de esbulho ou turbacão, mas não pode formular pedido de restituição do terreno invadido.
 - (D) qualquer condômino é parte legítima para promover a demarcação do imóvel comum, citando-se os demais como litisconsortes.
 - (E) a sentença, que julgar procedente a ação, determinará o traçado da linha demarcanda.
36. É correto afirmar que, nos contratos de locação não residencial, o direito de inerência ao ponto comercial
- (A) decorre exclusivamente do objeto mercantil do contrato.
 - (B) permite ao locatário ingressar com a ação renovatória após terminado o prazo e cumpridas as obrigações contratuais.
 - (C) exclui a possibilidade de o locador utilizar qualquer uma das exceções de retomada.
 - (D) garante aos cessionários (se possível a cessão) da locação a possibilidade de utilização da ação renovatória.
 - (E) exclui a possibilidade do locador alegar, na contestação da ação renovatória, possuir proposta de terceiro em melhores condições.
37. Na arbitragem, é correto afirmar que
- (A) se, durante o procedimento arbitral, um árbitro vier a ser substituído, a produção de provas não poderá ser repetida.
 - (B) a revelia da parte impedirá que a sentença arbitral seja proferida.
 - (C) a produção de provas no procedimento arbitral sempre dependerá do requerimento das partes.
 - (D) é nula a sentença arbitral se não decidir todo o litígio submetido à arbitragem.
 - (E) a demanda para a decretação de nulidade de sentença arbitral deverá ser proposta no prazo de até 2 (dois) anos após o recebimento da notificação da sentença arbitral ou de seu aditamento.
38. Em se tratando de provas, analise as assertivas abaixo.

- I. Cessa a fé do documento, público ou particular, sendo-lhe declarada judicialmente a falsidade.
- II. Cessa a fé do documento particular quando lhe for contestada a assinatura e enquanto não se lhe comprovar a veracidade.
- III. Incumbe o ônus da prova, quando se tratar de contestação de assinatura, à parte que produziu o documento.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) III, apenas.

DIREITO PENAL

39. Em relação à desistência voluntária, analise as assertivas abaixo.

- I. A desistência voluntária se caracteriza quando o agente que pratica a conduta pensa: “posso prosseguir, mas não quero”.
- II. Na desistência voluntária, depois de já praticados todos os atos executórios suficientes para a execução do crime, o agente resolve tomar providências aptas a impedir a produção do resultado.
- III. A desistência voluntária é admitida nos crimes unissubsistentes.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

40. Sobre concurso de pessoas, é correto afirmar que

- (A) é inadmissível coautoria em crime culposo.
- (B) na autoria colateral, duas ou mais pessoas intervêm na execução de um crime, buscando o mesmo resultado, sem ignorar a conduta alheia.
- (C) autoria incerta é igual a autoria desconhecida.
- (D) na participação, o partícipe também pratica o núcleo do tipo penal.
- (E) o autor mediato é aquele que realiza indiretamente o núcleo do tipo, valendo-se de pessoa sem culpabilidade ou que age sem dolo ou culpa.

41. Em relação à exclusão da culpabilidade, analise as assertivas abaixo.

- I. O erro de tipo invencível exclui o dolo e a culpa.
- II. O erro de tipo vencível exclui o dolo, mas não a culpa; se o crime admitir a modalidade culposa, o sujeito responderá pela conduta.
- III. No crime putativo por erro de tipo, o sujeito quer praticar o crime, mas erroneamente realiza um ato criminalmente irrelevante.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

42. Em relação às responsabilidades penais e administrativas decorrentes de ações lesivas ao meio ambiente, analise as assertivas abaixo.
- I. Segundo a Lei nº 9.605/98 (Crimes Ambientais), a responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
 - II. O baixo grau de instrução ou escolaridade não representa uma circunstância atenuante de pena, na prática de crimes contra o meio ambiente.
 - III. A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) I e III, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) II e III, apenas.
 - (E) I, II e III.
43. A conduta de reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que não o seja, configura o crime de
- (A) falsidade material de atestado ou certidão.
 - (B) falso reconhecimento de firma ou letra.
 - (C) falsidade ideológica.
 - (D) falsificação de documento particular.
 - (E) falsificação de documento público.
44. É correto afirmar que o ato de lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal,
- (A) é um fato atípico.
 - (B) é descrito como contravenção penal, mas não como crime.
 - (C) configura crime tipificado no Estatuto do Idoso.
 - (D) implica exclusivamente a anulabilidade do ato praticado.
 - (E) implica apenas consequências administrativas a quem lavrou o ato notarial.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

45. Sobre o inquérito policial, é correto afirmar que
- (A) a autoridade policial poderá arquivar autos de inquérito.
 - (B) o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que deve ser cumprida pela autoridade policial.
 - (C) nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão arquivados na delegacia de polícia até a provocação do interessado.
 - (D) a autoridade policial depende de autorização judicial para poder realizar a reprodução simulada dos fatos.
 - (E) no relatório do que tiver sido apurado, a autoridade policial poderá indicar testemunhas que não foram inquiridas, mencionando o lugar onde possam ser encontradas.
46. Sobre competência no Direito Processual Penal, é correto afirmar que
- (A) a competência será, via de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o primeiro ato de execução.
 - (B) nos casos de ação exclusivamente privada, o foro competente será sempre o do lugar da infração.
 - (C) não sendo conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu.
 - (D) ao Supremo Tribunal Federal competirá, privativamente, processar e julgar os seus ministros nos crimes de responsabilidade.

- (E) quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz que primeiro receber a denúncia.

47. Sobre recursos no processo penal, é **incorreto** afirmar que

- (A) salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.
- (B) o Ministério Público não poderá desistir de recurso que haja interposto.
- (C) caberá apelação no prazo de 5 (cinco) dias da sentença que decretar a prescrição ou julgar, por outro modo, extinta a punibilidade.
- (D) caberá recurso de apelação das decisões do Tribunal do Júri quando correr nulidade posterior à pronúncia.
- (E) se o recorrido for o réu, será intimado do prazo para oferecer contrarrazões na pessoa do seu defensor.

48. Sobre as nulidades no processo penal, é correto afirmar que

- (A) a nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente dependam ou sejam consequência.
- (B) a declaração de nulidade independe da ocorrência de prejuízos para a acusação ou para a defesa.
- (C) ocorrerá nulidade por incompetência, mas não por suspeição do juiz.
- (D) a nulidade por ilegitimidade do representante da parte não poderá ser sanada, mesmo diante da ratificação dos atos processuais.
- (E) é possível arguir nulidade a que tenha dado causa.

49. Sobre prisão preventiva, é correto afirmar que

- (A) não poderá ser decretada de ofício.
- (B) é irrevogável até a sentença.
- (C) a sua decretação não poderá ocorrer se imposta outra medida cautelar ao agente, ainda que não cumprida.
- (D) poderá o juiz substituí-la pela domiciliar quando o agente for imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência.
- (E) a sua decretação em nada implica motivos de conveniência da instrução criminal.

50. Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á pelo(a)

- (A) prevenção.
- (B) domicílio ou residência do réu.
- (C) distribuição.
- (D) ocorrência da infração mais grave.
- (E) ocorrência da última infração.

DIREITO EMPRESARIAL

51. É correto afirmar que o Conselho de Administração

- (A) é obrigatório nas sociedades de economia mista.
- (B) é facultativo nas sociedades de capital autorizado.
- (C) é obrigatório nas sociedades limitadas com mais de 10 (dez) sócios.
- (D) funciona como órgão de representação da sociedade anônima.
- (E) funciona como órgão de deliberação de quaisquer matérias nas sociedades anônimas.

52. Sobre as sociedades, analise as assertivas abaixo.

- I. A incorporação, fusão ou cisão podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais, sendo vedados tais procedimentos entre sociedades de tipos diferentes.
- II. A fusão é a operação pela qual duas ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

III. A transformação de sociedade obedecerá aos preceitos que regulam a constituição e o registro do tipo a ser adotado pela sociedade.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

53. É correto afirmar que, no contrato estimatário,

- (A) a coisa consignada não pode ser restituída.
- (B) a coisa consignada não pode ser objeto de penhora ou sequestro pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço.
- (C) o consignante pode dispor da coisa mesmo antes de lhe ser restituída ou de lhe ser comunicada a restituição.
- (D) o consignatário se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível.
- (E) o consignante doa bens móveis ao consignatário, que tem a obrigação de vendê-los e prestar contas ao consignante.

54. No que tange ao instituto da Falência e da Recuperação de Empresas, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Na falência, os créditos extraconcursais serão pagos imediatamente após o pagamento de todos os créditos de natureza concursal.
- () O proprietário de bem arrecadado no processo de falência deverá oportunamente fazer a habilitação do seu crédito.
- () Dentro do prazo para contestar a falência, o devedor poderá pleitear sua recuperação judicial.

- (A) V/ V/ V
- (B) V/ F/ F
- (C) F/ F/ V
- (D) F/ V/ F
- (E) F/ F/ F

55. Na recuperação judicial de empresas, é correto afirmar que

- (A) é obrigatória a constituição da Assembléia Geral de Credores.
- (B) estão sujeitos todos os créditos existentes na data do pedido, desde que vencidos.
- (C) o plano de recuperação não poderá envolver alienação judicial de filiais ou de unidades produtivas isoladas do devedor.
- (D) o plano de recuperação implica novação dos créditos anteriores ao pedido.
- (E) durante o procedimento de recuperação, o devedor ou seus administradores serão afastados da condução da atividade empresarial.

56. Sobre a Cédula de Produto Rural (CPR), é correto afirmar que

- (A) para cobrança da CPR com liquidação financeira, cabe ação de execução por quantia certa.
- (B) a garantia cedular da obrigação poderá consistir apenas em hipoteca ou penhor.
- (C) pode o emitente de CPR invocar em seu benefício o caso fortuito ou de força maior.
- (D) a CPR, para ter eficácia contra terceiros, independe de inscrição no Cartório de Registro de Imóveis do domicílio do emitente.
- (E) a entrega do produto antes da data prevista na cédula não depende da anuência do credor.

CONHECIMENTOS GERAIS

57. Em relação à História Contemporânea, à História do pós-Segunda Guerra Mundial e ao bloco soviético e sua dissolução, analise as assertivas abaixo.

- I. O movimento conhecido como “Primavera de Praga” foi o primeiro movimento por parte de um Estado-satélite contra o comunismo soviético, desencadeando o processo que culminaria no fim do comunismo no início da década de 1990.
- II. Com o fim do comunismo e a realização das primeiras eleições multipartidárias desde a Segunda Guerra Mundial nos países do ex-Bloco Soviético, ainda que fosse permitida sua candidatura, nenhum representante comunista saiu vencedor.
- III. Países como a República Tcheca (parte da ex-Tchecoslováquia), Polônia e Hungria, outrora integrantes do Pacto de Varsóvia, passaram a integrar a OTAN ao fim da década de 1990.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

58. Um dos pontos discutidos calorosamente no Brasil nos anos mais recentes diz respeito ao trabalho escravo. Abolida do país formalmente, com a Lei Áurea, desde 1888, a prática da exploração de trabalhos forçados ainda persiste nos dias de hoje, assumindo várias formas, algumas delas estrategicamente moldadas para driblar a fiscalização do Estado. A respeito dessa matéria, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Tratando da matéria do trabalho escravo e visando a um tratamento mais severo a essa prática bárbara, a Proposta de Emenda Constitucional nº 438, que visa à ampliação do tratamento do tema no âmbito do Direito Penal, depois de aprovada na Câmara dos Deputados, está na iminência de ser votada no Senado.
- () O Brasil anuiu, de fato, apenas em parte ao Pacto de São José da Costa Rica (Convenção Interamericana de Direitos Humanos) no que tange à proibição dos trabalhos forçados, uma vez que o País adota o Serviço Militar Obrigatório aos jovens a partir dos 18 anos, prática coibida pelo referido tratado, em seu artigo 6º, quando em tempos de paz ou fora da iminência de guerra.
- () Para efeitos do Código Penal Brasileiro, considera-se condição análoga à de escravo aquela em que o trabalhador tem sua liberdade de ir e vir restringida em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

- (A) F/ F/ V
- (B) F/ V/ F
- (C) V/ F/ V
- (D) V/ V/ V
- (E) V/ V/ F

59. Em relação à Certificação Digital, analise as assertivas abaixo.

- I. Os usuários dos Certificados Digitais devem confiar na Autoridade Certificadora.
- II. Os Certificados Digitais não possuem período de validade, podendo ser utilizados por tempo indeterminado.
- III. A Assinatura Digital é uma combinação da chave pública com uma função de resumo (*hash*) do documento a ser assinado.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

60. Em relação à acessibilidade para pessoas de mobilidade reduzida, no que tange às implementações arquitetônicas, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Consideram-se acessíveis as edificações que não apresentam qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com autonomia e segurança de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- (B) Na ampliação ou reforma das edificações, os desníveis das áreas de circulação internas ou externas serão transpostos por meio de rampa ou equipamento eletromecânico de deslocamento vertical, quando não for possível outro acesso mais cômodo para pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

- (C) Nas edificações a serem construídas, os sanitários destinados ao uso por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida serão distribuídos na razão de, no mínimo, uma cabine para cada sexo em cada pavimento da edificação, com entrada independente dos sanitários coletivos.
- (D) No caso da instalação de elevadores novos ou da troca dos já existentes, qualquer que seja o número de elevadores da edificação, pelo menos um deles terá cabine que permita acesso e movimentação cômoda de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (E) Junto às botoeiras internas do elevador, deverá estar sinalizado, em Braille, o andar da edificação em que a pessoa se encontra.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
LIII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DAS ATIVIDADES
NOTARIAIS E/OU REGISTRAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Admissão - Prova A

01 - B	11 - E	21 - E	31 - D	41 - D	51 - A
02 - A	12 - C	22 - D	32 - A	42 - C	52 - C
03 - D	13 - E	23 - C	33 - D	43 - B	53 - B
04 - E	14 - B	24 - A	34 - B	44 - C	54 - C
05 - A	15 - B	25 - B	35 - C	45 - E	55 - D
06 - C	16 - A	26 - D	36 - D	46 - C	56 - A
07 - B	17 - A	27 - B	37 - D	47 - C	57 - E
08 - A	18 - E	28 - E	38 - D	48 - A	58 - A
09 - D	19 - D	29 - C	39 - A	49 - D	59 - C
10 - B	20 - C	30 - E	40 - E	50 - A	60 - E

Admissão - Prova B

01 - C	11 - B	21 - C	31 - C	41 - B	51 - B
02 - E	12 - A	22 - A	32 - E	42 - E	52 - D
03 - A	13 - C	23 - E	33 - A	43 - C	53 - A
04 - B	14 - E	24 - B	34 - E	44 - D	54 - E
05 - D	15 - A	25 - D	35 - B	45 - A	55 - C
06 - E	16 - D	26 - C	36 - A	46 - B	56 - B
07 - C	17 - C	27 - A	37 - E	47 - E	57 - D
08 - B	18 - B	28 - C	38 - C	48 - D	58 - E
09 - A	19 - E	29 - D	39 - D	49 - B	59 - B
10 - D	20 - D	30 - B	40 - A	50 - C	60 - A

Admissão - Prova C

01 - E	11 - B	21 - C	31 - A	41 - B	51 - E
--------	--------	--------	--------	--------	--------

02 - A	12 - C	22 - E	32 - B	42 - C	52 - B
03 - D	13 - E	23 - D	33 - D	43 - E	53 - C
04 - C	14 - D	24 - A	34 - C	44 - A	54 - E
05 - E	15 - C	25 - B	35 - A	45 - B	55 - D
06 - A	16 - A	26 - E	36 - C	46 - D	56 - A
07 - D	17 - E	27 - A	37 - B	47 - C	57 - C
08 - C	18 - D	28 - C	38 - E	48 - E	58 - B
09 - E	19 - A	29 - D	39 - A	49 - B	59 - E
10 - A	20 - B	30 - E	40 - D	50 - D	60 - A

Prova A - Remoção

REGISTROS PÚBLICOS

- Sobre o Plano Diretor, é **incorreto** afirmar que
 - as áreas de especial interesse turístico, por sua natureza, não demandam a realização de um Plano Diretor.
 - é aprovado por lei municipal e funciona como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.
 - é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.
 - a lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada 10 (dez) anos.
 - no caso de cidades com mais de quinhentos mil habitantes, deverá ser elaborado um plano de transporte urbano integrado, compatível com o Plano Diretor ou nele inserido.
- Sobre os certificados de recebíveis imobiliários, é correto afirmar que
 - são títulos de crédito ao portador.
 - constituem promessa de pagamento em dinheiro.
 - são títulos de negociação vinculada.
 - não poderão ter garantia flutuante.
 - não podem ser emitidos por companhias securitizadoras.
- Análise as assertivas abaixo sobre a alienação fiduciária de coisa imóvel.
 - A alienação fiduciária poderá ser contratada por pessoa física ou jurídica, podendo ter como objeto a propriedade plena.
 - A cessão do crédito objeto da alienação fiduciária implicará a transferência, ao cessionário, de todos os direitos e obrigações inerentes à propriedade fiduciária em garantia.
 - Nos contratos de venda de imóveis, inclusive alienação fiduciária, admitir-se-á, respeitada a legislação pertinente, a estipulação de cláusula de reajuste e das condições e critérios de sua aplicação.

É correto o que se afirma em

 - I, apenas.
 - II, apenas.
 - III, apenas.
 - I, II e III.
 - I e II, apenas.
- Na remição do imóvel hipotecado, é **incorreto** afirmar que
 - quando houver interesse de incapaz, o Ministério Público intervirá.

- (B) se o devedor não comparecer ou não remir a hipoteca, os autos serão conclusos ao juiz para julgar por sentença a remição pedida pelo segundo credor.
- (C) se o devedor comparecer e quiser efetuar a remição, notificar-se-á o credor para receber o preço, ficando sem efeito o depósito realizado pelo autor.
- (D) o adquirente do imóvel não poderá propor aos credores hipotecários, para remição, valor inferior ao preço por que adquiriu o imóvel.
- (E) das sentenças que julgarem o pedido de remição, caberá o recurso de apelação sem efeito suspensivo.

5. Analise as assertivas abaixo sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

- I. A regularização fundiária urbana respeitará o princípio da concessão do título preferencialmente à mulher.
- II. Poderá ser promovida pela União, pelos Estados, pelos Municípios e também pelas cooperativas habitacionais, entre outros.
- III. Os assentamentos irregulares, para os efeitos da lei de regularização, tratam-se das ocupações informais ou irregulares, localizadas em áreas urbanas públicas ou privadas e utilizadas predominantemente para moradia.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

6. De acordo com a Lei nº 10.169/2000, que regula o parágrafo 2º do artigo 236 da Constituição Federal, mediante o estabelecimento de normas gerais para a fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, é correto afirmar que

- (A) é possível fixar emolumentos em percentual incidente sobre o valor do negócio jurídico objeto dos serviços notariais e de registro.
- (B) é possível cobrar, quando for o caso, quaisquer quantias não expressamente previstas nas tabelas de emolumentos.
- (C) é vedada a cobrança de emolumentos em decorrência da prática de ato de retificação ou que teve de ser refeito ou renovado em razão de erro imputável aos respectivos serviços notariais e de registro.
- (D) o valor dos emolumentos poderá, quando for o caso, ser expresso em moeda estrangeira.
- (E) os notários e registradores darão recibo dos emolumentos percebidos, o que os exime de fazer a indicação definitiva dos respectivos valores à margem do documento entregue ao interessado.

7. Analise as assertivas abaixo sobre a adoção de criança e adolescente.

- I. Para ser a adoção realizada de forma conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.
- II. É medida excepcional, mas pode ser revogável.
- III. A adoção não poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso de procedimento, antes de prolatada a sentença.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

8. Os notários e os oficiais de registro poderão, para o desempenho de suas funções, contratar escreventes, escolhendo, entre eles, os substitutos e auxiliares como empregados, com remuneração livremente ajustada e sob o regime da legislação do trabalho. Assim, é **incorreto** afirmar que

- (A) em cada serviço notarial ou de registro, haverá tantos substitutos, escreventes e auxiliares quantos forem necessários, a critério de cada notário ou oficial de registro.

- (B) os notários e os oficiais de registro encaminharão ao juízo competente os nomes dos substitutos.
- (C) os escreventes poderão praticar somente os atos que o notário ou o oficial de registro autorizar.
- (D) os substitutos poderão, sem exceção, simultaneamente com o notário ou o oficial de registro, praticar todos os atos que lhe sejam próprios.
- (E) entre os substitutos, um deles será designado pelo notário ou oficial de registro para responder pelo respectivo serviço nas ausências e nos impedimentos do titular.

DIREITO CONSTITUCIONAL

9. As medidas provisórias podem tratar de matéria relativa a
- (A) direito eleitoral.
 - (B) direito econômico se não reservada a lei complementar.
 - (C) direito processual civil.
 - (D) direitos políticos.
 - (E) direito processual penal, mas não a direito penal.
10. Sobre Poder Constituinte, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.
- () O Poder Constituinte derivado não é passível de controle de constitucionalidade.
 - () O Poder Constituinte derivado decorrente consiste na possibilidade de alterar-se o texto constitucional, de acordo com as regras previstas na própria Constituição.
 - () O Poder Constituinte originário existirá apenas no surgimento de uma primeira Constituição, sendo as demais derivadas.
- (A) V/ F/ F
 - (B) F/ V/ F
 - (C) F/ F/ V
 - (D) V/ V/ V
 - (E) F/ F/ F
11. Considerando que a Constituição da República fez uma distinção entre os fundamentos do Estado Democrático de Direito e os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e levando em consideração o texto constitucional, pode-se afirmar que um dos objetivos fundamentais do Brasil é justamente o de garantir
- (A) o desenvolvimento nacional.
 - (B) o exercício da cidadania.
 - (C) a dignidade da pessoa humana.
 - (D) o pluralismo político.
 - (E) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
12. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente
- (A) a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
 - (B) o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
 - (C) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.
 - (D) os conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
 - (E) as ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público.
13. Sobre a assistência à saúde, assinale a alternativa **incorreta**.
- (A) A assistência à saúde admite a participação indireta, mas em hipótese nenhuma a direta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País.
 - (B) A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

- (C) É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
 - (D) A execução das ações e serviços de saúde deve ser realizada diretamente pelo Poder Público ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
 - (E) Uma das diretrizes do Sistema Único de Saúde é a descentralização, com direção única em cada esfera de governo.
14. Compete privativamente à União legislar sobre registros públicos (Constituição Federal, artigo 22, XXV), sendo correto afirmar que
- (A) a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais sobre registro.
 - (B) a competência privativa da União não exclui a competência suplementar dos Estados para legislar sobre registros.
 - (C) se inexistir lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena sobre registros.
 - (D) a lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas sobre registros públicos.
 - (E) a superveniência de lei federal sobre normas gerais de registro suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

15. Sobre os princípios de direito administrativo, analise as assertivas abaixo.
- I. O princípio de direito administrativo que objetiva o tratamento igualitário aos administrados por parte da administração, representando um desdobramento do princípio da isonomia, é o princípio da impessoalidade.
 - II. O direito de petição e as certidões que registram a verdade dos fatos administrativos representam dois instrumentos básicos do princípio da publicidade.
 - III. O princípio segundo o qual cabe à própria Administração rever os possíveis erros na prática de seus atos intitula-se princípio da autotutela.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e III, apenas.
16. Quanto ao processo administrativo federal, é correto afirmar que
- (A) se aplica apenas no âmbito da Administração Federal direta.
 - (B) é vedada a criação de processos administrativos específicos.
 - (C) é constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.
 - (D) ainda que o ato corresponda à solução de vários assuntos da mesma natureza, não pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões.
 - (E) a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
17. Sobre licitação, analise as assertivas abaixo.
- I. Qualquer nulidade decorrente de inobservância de formalidade legal no procedimento de licitação é suficiente para anular todo o certame.
 - II. O poder discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do edital de licitação. Após, a Administração Pública vincula-se estritamente a ele (edital).
 - III. A adoção da licitação independe da necessidade e da viabilidade de competição entre os particulares.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e II, apenas.

18. Sobre tombamento, analise as assertivas abaixo.

- I. O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício.
- II. A coisa tombada em nenhuma hipótese poderá sair do País.
- III. O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará de ofício.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

19. Sobre a ocupação temporária de bens privados, marque V para verdadeiro ou F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () A ocupação temporária depende de uma situação de perigo iminente, o que não corresponde ao estado de necessidade.
- () O Estado deve indenizar o particular ainda que não exista dano ao bem utilizado, uma vez que a própria ocupação já é um dano ao particular.
- () A ocupação temporária diz respeito apenas a bens imóveis.

- (A) V/ F/ V
- (B) F/ V/ F
- (C) V/ V/ F
- (D) F/ V/ V
- (E) F/ F/ F

20. Sobre os bens públicos, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) As terras devolutas não compreendidas entre as da União são de propriedade dos Estados.
- (B) Desconsagração corresponde à alteração de um bem de uso comum para bem dominical.
- (C) Os bens dominiais sujeitam-se à prescrição aquisitiva.
- (D) As terras devolutas integram os bens dominiais.
- (E) Não pode um bem de uso comum do povo ser utilizado de maneira individual exclusiva.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. É correto afirmar que o imposto de renda

- (A) se sujeita ao princípio da noventena.
- (B) possui função predominantemente extrafiscal.
- (C) tem o seu lançamento por declaração.
- (D) tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
- (E) incide sobre verbas de natureza indenizatória.

22. Sobre a anistia, é **incorreto** afirmar que

- (A) uma vez concedida, impede que sejam lançadas as respectivas penalidades pecuniárias.
- (B) não pode ser concedida se as infrações forem resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas.
- (C) não pode ser concedida depois do lançamento da penalidade, no caso, a dispensa da penalidade poderia ocorrer pela remissão.

- (D) pode ser concedida em caráter geral.
(E) é ilegal, por exemplo, conceder anistia somente às infrações relativas ao ITCMD até determinado valor de multa.
23. Sobre o Imposto de Renda, analise as assertivas abaixo.
- I. Aos acréscimos patrimoniais decorrentes de atividade criminosa não incide o imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.
 - II. A lei pode atribuir à fonte pagadora da renda ou dos proventos tributáveis a condição de responsável pelo imposto cuja retenção e cujo recolhimento lhe caibam.
 - III. A formulação de declaração pelo contribuinte é obrigação principal, ou seja, o seu lançamento.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) I e III, apenas.
24. Sobre os Impostos Municipais, analise as assertivas abaixo.
- I. A lista dos impostos municipais na Constituição da República é exaustiva.
 - II. É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da Emenda Constitucional 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.
 - III. É inconstitucional a fixação de adicional progressivo do IPTU em função do número de imóveis do contribuinte.
- É correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) II, apenas.
 - (C) III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II e III, apenas.
25. Quanto ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), é correto afirmar que
- (A) a legislação do imposto dispõe de alíquotas inversamente proporcionais ao grau de utilização de cada imóvel rural.
 - (B) prepondera a finalidade fiscal (de arrecadação).
 - (C) não é possível delegar a fiscalização e cobrança do imposto.
 - (D) o lançamento é realizado de ofício.
 - (E) não está sujeito ao princípio da noventena.
26. Sobre Imposto de Transmissão *inter vivos* por ato oneroso de Bens Imóveis (ITBI), assinale a alternativa correta.
- (A) O ITBI é vinculado.
 - (B) O ITBI é pessoal.
 - (C) No ITBI, o lançamento é realizado por declaração.
 - (D) O ITBI incide nas operações societárias de cisão, mas não de fusão e incorporação.
 - (E) O ITBI incide nas operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

DIREITO CIVIL

27. Nas obrigações solidárias ativas, é **incorreto** afirmar que
- (A) cada um dos credores solidários tem o direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.

- (B) enquanto alguns dos credores solidários não demandarem o devedor comum, a qualquer daqueles poderá pagar.
- (C) o pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.
- (D) o credor que tiver remitido a dívida ou recebido o pagamento não responderá aos outros pela parte que lhes caiba.
- (E) a um dos credores solidários não pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.

28. Analise as assertivas abaixo sobre o estabelecimento empresarial.

- I. Pode ser objeto de transferência por intermédio do contrato de trespasse.
- II. É composto de bens de natureza corpórea e incorpórea, mas a clientela é apenas um atributo seu.
- III. Não havendo autorização expressa, o alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos 5 (cinco) anos subsequentes à transferência.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

29. Sobre os direitos autorais, é correto afirmar que

- (A) a tradução de textos não gera direitos de criação intelectual.
- (B) o documento que comprova formalmente a propriedade dos direitos autorais chama-se carta patente.
- (C) os desenhos industriais são tutelados juridicamente como direitos autorais.
- (D) a omissão do nome do autor na divulgação da obra presume o anonimato ou a cessão de seus direitos.
- (E) se tratando de obra anônima, caberá a quem publicá-la o exercício dos direitos patrimoniais.

30. Sobre as relações de parentesco, é **incorreto** afirmar que

- (A) o parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro.
- (B) não basta a confissão materna para excluir a paternidade.
- (C) a filiação prova-se pela certidão do termo de nascimento registrada no Registro Civil.
- (D) são parentes em linha colateral ou transversal, até o quarto grau, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma da outra.
- (E) na linha reta, a afinidade se extingue com a dissolução do casamento ou da união estável.

31. Sobre a propriedade fiduciária, é **incorreto** afirmar que

- (A) com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o devedor possuidor indireto da coisa.
- (B) se considera fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.
- (C) é nula a cláusula que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia se a dívida não for paga no vencimento.
- (D) o terceiro, interessado ou não, que pagar a dívida, se sub-rogará de pleno direito no crédito e na propriedade fiduciária.
- (E) o devedor pode, com a anuência do credor, dar seu direito eventual à coisa em pagamento da dívida, após o vencimento desta.

32. Analise as assertivas abaixo sobre aceitação e renúncia da herança.

- I. Expressam aceitação da herança os atos oficiosos, como o funeral do finado, os meramente conservatórios, ou os de administração e guarda provisória.
- II. São irrevogáveis os atos de renúncia da herança, mas revogáveis os de aceitação.
- III. Quando o herdeiro prejudicar os seus credores, renunciando à herança, poderão eles, com autorização do juiz, aceitá-la em nome do renunciante.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

33. Sobre prova documental no processo civil, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Reputa-se autor do documento particular aquele por conta de quem foi feito, estando assinado.
- (B) O documento particular, admitido expressa ou tacitamente, é indiviso.
- (C) Em relação a terceiros, considera-se datado o documento particular, nos casos em que surjam dúvidas a seu respeito, no dia em que foi registrado.
- (D) As cartas, bem como os registros domésticos, nada provam contra quem os escreveu quando enunciam o recebimento de um crédito.
- (E) A nota escrita pelo credor em qualquer parte de documento representativo de obrigação, ainda que não assinada, faz prova em benefício do devedor.

34. Analise as assertivas abaixo sobre as nulidades dos atos processuais.

- I. O princípio da instrumentalidade do processo aplica-se exclusivamente às nulidades relativas, sendo, nas absolutas, inaplicável.
- II. A alegação de nulidade relativa pode precluir.
- III. O juiz mandará repetir o ato, mesmo quando puder decidir o mérito a favor da parte que se aproveitaria da declaração de nulidade.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

35. Sobre recursos, analise as assertivas abaixo.

- I. É inadmissível recurso especial quando cabíveis embargos infringentes contra o acórdão proferido no tribunal de origem.
- II. É admissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente, mas o recurso não abrange todos.
- III. Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento têm caráter protelatório.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

36. Sobre mandado de segurança, assinale a alternativa **incorreta**.

- (A) Não cabe contra atos de gestão comercial.
- (B) Não cabe quando se tratar de decisão judicial transitada em julgado.
- (C) O ingresso de litisconsorte ativo será admitido mesmo depois do despacho da petição inicial.
- (D) O direito de requerer mandado de segurança extingue-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- (E) Não cabe, no processo de mandado de segurança, a interposição de embargos infringentes.

37. Sobre o processo cautelar, é correto afirmar que

- (A) o arresto não poderá ser concedido independentemente de justificação, ainda que o autor preste caução.
- (B) a produção antecipada de prova não pode consistir em interrogatório da parte.
- (C) se por qualquer motivo a medida cautelar cessar, é possível à parte repetir o pedido, ainda que com o mesmo fundamento.
- (D) não ficará suspensa a execução do arresto ainda que o devedor ofereça fiador idôneo.
- (E) pratica atentado a parte que, no curso de processo, viola penhora, arresto, sequestro ou imissão na posse.

38. Analise as assertivas abaixo sobre arrolamento de bens.

- I. Não serão conhecidas ou apreciadas questões relativas ao lançamento, ao pagamento ou à quitação de taxas judiciárias e de tributos incidentes sobre a transmissão da propriedade de bens do espólio.
- II. O imposto de transmissão será objeto de lançamento administrativo, conforme dispuser a legislação tributária, não ficando as autoridades fazendárias adstritas aos valores dos bens do espólio atribuídos pelos herdeiros.
- III. A existência de credores do espólio não impedirá a homologação da partilha ou da adjudicação, se forem reservados bens suficientes para o pagamento da dívida.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

DIREITO PENAL

39. Sobre extinção da punibilidade, analise as assertivas abaixo.

- I. A anistia deve ser necessariamente irrestrita.
- II. O indulto é um benefício pessoal enquanto a graça é coletivo.
- III. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

40. Sobre imputabilidade penal, analise as assertivas abaixo.

- I. As medidas de segurança de internação ou tratamento ambulatorial serão sempre por tempo determinado.
- II. Em qualquer fase do tratamento ambulatorial, poderá o juiz determinar a internação do agente, se essa providência for necessária para fins curativos.
- III. Ainda quando extinta a punibilidade, impõe-se medida de segurança, se necessária.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

41. Quanto à imputabilidade penal, analise as assertivas abaixo.

- I. É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- II. A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- III. A prática de crime, na qual o agente é induzido por paixão, não exclui a imputabilidade penal.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

42. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, analise as assertivas abaixo.

- I. A conduta de deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido e com especificação clara do seu conteúdo configura crime.
- II. A conduta de fazer anúncio publicitário, clandestino ou simulado, configura conduta criminosa.
- III. O fato de condutas criminosas serem cometidas em época de grave crise econômica não constitui agravante.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

43. O crime de abandono intelectual descrito no artigo 246 do Código Penal, nos termos: "Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar", pode ser classificado como crime

- (A) material.
- (B) omissivo impróprio.
- (C) instantâneo.
- (D) plurissubjetivo.
- (E) próprio.

44. No que concerne ao ato de fazer apologia a crime ou criminoso, descrito na legislação penal, nos termos: "Fazer, publicamente, apologia de fato criminoso ou de autor de crime", é correto afirmar que

- (A) a tentativa é teoricamente possível, desde que o meio de fazer apologia não seja o oral.
- (B) se trata de contravenção penal.
- (C) se trata de crime contra a incolumidade pública.
- (D) se trata de crime próprio.
- (E) se trata de crime material.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

45. Sobre a Lei que criminaliza a violência doméstica (Lei nº 11.340/06), analise as assertivas abaixo.

- I. Os danos de natureza exclusivamente moral à mulher não são tutelados pela Lei nº 11.340/06.
- II. As medidas protetivas de urgência em favor da mulher poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes, mas sempre ouvido o membro do Ministério Público.

- III. Para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, a proibição temporária para celebração de atos e contratos de compra, venda e locação de propriedade em comum.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

46. Sobre programas de proteção a vítimas e testemunhas (Lei nº 9.807/99), várias medidas podem ser tomadas em benefício da pessoa protegida, **exceto**

- (A) ajuda financeira mensal.
- (B) apoio e assistência social, médica e psicológica.
- (C) alteração do nome completo da pessoa protegida.
- (D) suspensão temporária das atividades funcionais, sem prejuízo dos respectivos vencimentos ou vantagens, quando servidor público ou militar.
- (E) prorrogar as medidas concedidas por prazo não superior a 2 anos.

47. A respeito da sentença penal, analise as assertivas abaixo.

- I. O juiz, sem modificar a descrição do fato descrito na denúncia ou queixa, não poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa, ainda que tenha que aplicar pena mais grave.
- II. Na sentença absolutória, o juiz aplicará medida de segurança, se for o caso.
- III. Nos crimes de ação penal pública, o juiz não poderá reconhecer agravantes que não tenham sido alegadas.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

48. Em relação às nulidades do processo penal, analise as assertivas abaixo.

- I. A incompetência do juízo anula todos os atos processuais.
- II. As nulidades verificadas após a decisão de primeira instância deverão ser arguidas ao juiz de primeiro grau, para que anule a sentença.
- III. Ocorrerá nulidade, por deficiência dos quesitos ou das suas respostas, e contradição entre estas.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

49. Sobre o desaforamento do júri popular, é **incorreto** afirmar que

- (A) não pode ser concedido por requerimento do assistente.
- (B) um dos motivos para ser determinado é a parcialidade do júri.
- (C) é determinado pelo Tribunal e não pelo juiz.
- (D) poderá ser determinado em razão de excesso de serviço devidamente comprovado.
- (E) o desaforamento será para outra comarca da mesma região, onde não existam os motivos que o determinaram.

50. Sobre os recursos no processo penal, é correto afirmar que
- (A) caberá recurso de apelação da decisão sobre incidente de falsidade.
 - (B) quando forem 2 (dois) ou mais os apelantes ou os apelados, os prazos para oferecer razões serão dobrados.
 - (C) as apelações sempre serão interpostas envolvendo todo o julgado.
 - (D) o recurso da pronúncia suspenderá tão somente o julgamento.
 - (E) os recursos não terão efeito suspensivo nos casos de perda da fiança.

DIREITO EMPRESARIAL

51. Sobre as sociedades em conta de participação, analise as assertivas abaixo.
- I. As sociedades em conta de participação possuem, agora, o mesmo tratamento legal garantido às empresas individuais de responsabilidade limitada.
 - II. As sociedades em conta de participação não podem realizar objeto não empresarial.
 - III. A sua liquidação rege-se pelas normas relativas à prestação de contas, na forma da lei processual.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I, II e III.

52. É correto afirmar que o voto múltiplo nas companhias abertas

- (A) é obrigatório nas deliberações do conselho de administração.
- (B) é obrigatório nas assembleias gerais ordinárias.
- (C) é facultativo nas deliberações do conselho de administração.
- (D) pode ser utilizado facultativamente na eleição de conselheiros.
- (E) decorre da representatividade dos acionistas preferencialistas.

53. Sobre sociedades comerciais, analise as assertivas abaixo.

- I. A sociedade de economia mista terá obrigatoriamente conselho de administração e conselho consultivo.
- II. As instituições financeiras de economia mista não poderão participar de outras sociedades.
- III. A sociedade de economia mista terá sempre conselho fiscal que funcionará de forma permanente.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

54. Sobre títulos de crédito, analise as assertivas abaixo.

- I. Nas cédulas de crédito rural, há 4 (quatro) denominações possíveis: cédula de crédito rural hipotecária, cédula de crédito pignoratícia, cédula de crédito rural hipotecária e pignoratícia e nota de crédito rural, sendo esta última sem garantia real.
- II. As notas de crédito rural possuem uma prioridade sobre o produto da venda de certos bens.
- III. Assim como na letra de câmbio, o protesto das cédulas de crédito rural servirá para interromper a prescrição.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.

- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e III, apenas.

55. Sobre falência decretada, assinale a alternativa correta.

- (A) Na falência decretada, o contratante pode interpelar o administrador judicial, no prazo de até 90 (noventa) dias, para que, dentro de 10 (dez) dias, declare se cumpre ou não o contrato.
- (B) Na falência decretada, os contratos bilaterais se resolvem.
- (C) O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, para a realização de negócios, não cessará seus efeitos com a declaração da falência.
- (D) O contrato de locação se resolve se o falido for o locador.
- (E) Na falência do espólio, não ficará suspenso o processo de inventário.

56. Sobre os contratos bancários, é correto afirmar que

- (A) as contas correntes com o devedor consideram-se encerradas no momento de decretação da falência, verificando-se o saldo.
- (B) no desconto bancário de título de crédito, ocorre uma operação bancária passiva.
- (C) são caracterizados como bancários todos os contratos em que todas ou, pelo menos, uma das partes é uma instituição financeira.
- (D) a Comissão de Valores Mobiliários funciona como uma agência fiscalizadora das operações financeiras dos bancos.
- (E) o contrato de mútuo é sempre um contrato bancário.

CONHECIMENTOS GERAIS

Leia o artigo abaixo para responder à questão 57.

Transição demográfica

Transição demográfica é o termo que os especialistas empregam para descrever a dinâmica do crescimento populacional.

Em linhas gerais, o mundo experimenta a transição de um regime de alta fertilidade associada à mortalidade elevada, para um modelo de baixa fertilidade com diminuição da mortalidade.

Como a queda de mortalidade sempre precede a de fertilidade, nessa fase ocorre crescimento populacional. Além disso, a transição demográfica é acompanhada de redistribuição das faixas etárias. No início, a queda da mortalidade beneficia principalmente as crianças, dando origem ao fenômeno conhecido como *baby boom*, que persiste até que a fertilidade futura comece a cair.

Durante a história de nossa espécie, a expectativa de vida ao nascer se manteve ao redor de 30 anos. A partir dos anos 1950, no entanto, houve aumento de pelo menos duas décadas na maioria dos países.

Entre os países desenvolvidos, as variações de expectativa são discretas: 83 anos no Japão; 82, na Suíça; 79, nos Estados Unidos. Nos países em desenvolvimento, as diferenças são mais acentuadas: 48 anos em Serra Leoa; 79, na Costa Rica; 73, no Egito; 53, na África do Sul.

No período de 1950 a 2010, para cada 100 mil nascimentos no mundo, o número médio de crianças que vão a óbito antes de completar um ano (mortalidade infantil) caiu de 139 para 43.

Nos países ricos, essa queda foi de 68 para 6; nos demais, foi de 156 para 47. Nestes, a mortalidade até os 5 anos de idade é 88 vezes mais alta e a mortalidade materna 2.100 vezes maior.

Em praticamente todos os países, as mulheres vivem mais do que os homens: em média 4,5 anos. Na Rússia, 12 anos; no Brasil, 7. Diferenças biológicas explicam parte desse fenômeno, mas fatores ligados ao estilo de vida e ao ambiente são decisivos.

A média de fertilidade no mundo, que era de 5,0 filhos por mulher em 1950, diminuiu hoje para 2,5, principalmente por causa das reduções ocorridas nos países em desenvolvimento. As taxas de natalidade atuais são de 4,4 na África; 2,2, na Ásia; 2,2, na América Latina e Caribe e 1,6, na Europa.

A variabilidade entre os países é substancial; Japão 1,4; Brasil 1,8; Angola 5,3; Nigéria 7,0.

Programas de planejamento familiar bem sucedidos fizeram a natalidade cair 4,2 filhos por mulher em Bangladesh, em apenas 30 anos. No Irã, caiu mais ainda: 4,5 em 20 anos. Na China, a “política do filho único” a partir dos anos 1970 reduziu a natalidade de

2,6 para 1,6. Na Índia, primeiro país a implementar programas de planejamento familiar (em 1951), a redução foi mais lenta, atingindo agora 2,6.

Ao contrário da mortalidade infantil em queda no mundo todo, a natalidade cai mais devagar nos países africanos situados abaixo do deserto do Saara, no Afeganistão, Paquistão, Iraque e Guatemala.

O fato de que as taxas de fertilidade estejam abaixo de 2,1 (taxa de reposição, necessária para manter a população constante) em países como Brasil, Japão, China e quase toda a Europa, não significa que a população vá diminuir rapidamente.

Quando o grande número de jovens oriundos do *baby boom* atingir a idade reprodutiva, nascerão muitas crianças, ainda que as taxas de fertilidade sejam baixas. Esse fenômeno é evidente nos Estados Unidos, país em que o aumento populacional foi de 100 milhões de pessoas (descontada a imigração) nos últimos 40 anos, período em que a natalidade se manteve abaixo de 2,1.

A demografia do século 21 será mais desafiadora para os países pobres, que enfrentarão problemas graves de fornecimento de água, energia, saneamento e alimentos, além da dificuldade para construir habitações dignas e ao mesmo tempo preservar os recursos naturais.

Folha de São Paulo – 17/12/2011. Drauzio Varella. Adaptado.

57. De acordo com o que o autor escreveu e com as atuais condições demográficas do Brasil, assinale a alternativa correta.
- (A) Atualmente, o Brasil está entrando na chamada transição demográfica, pois as taxas de mortalidade já estão relativamente baixas e as de natalidade estão começando a cair.
 - (B) O fenômeno *baby boom* ocorreu no Brasil durante as décadas de 1940 e 1950, quando tanto as taxas de mortalidade quanto as de natalidade iniciaram trajetória de queda.
 - (C) Atualmente, a estrutura etária do Brasil apresenta bastante base larga, graças à elevada natalidade. No entanto, com a urbanização, a parcela mais nova da população deve diminuir em proporção às demais nos próximos anos.
 - (D) O Brasil atual já apresenta taxas relativamente baixas de natalidade e de mortalidade, característica de sociedades urbanizadas.
 - (E) As taxas de mortalidade estão um pouco mais elevadas que as de natalidade atualmente no Brasil graças, principalmente, ao aumento da criminalidade.
58. Após o holocausto, ocorrido no seio germânico na Segunda Grande Guerra, o crime de genocídio passou a ser abominado em várias nações do mundo. No Brasil, considera-se crime de genocídio, para efeitos penais, entre outras ações ou omissões,
- (A) submeter, por negligência, imprudência ou imperícia, determinado grupo nacional, étnico, racial ou religioso, a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial.
 - (B) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio de grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal.
 - (C) matar membros de grupo em razão de orientação sexual.
 - (D) associarem-se 3 (três) ou mais indivíduos com intuito de causar lesão grave à integridade física ou mental de membros de grupo motivados por discórdias desportivas.
 - (E) praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
59. Sobre o processo de *backup* (cópia de segurança) de documentos eletrônicos, é correto afirmar que
- (A) a frequência com que os *backups* são realizados não tem qualquer relação com o tipo de documento eletrônico que está sofrendo esse processo de cópia de segurança.
 - (B) as mídias contendo os *backups* podem ser armazenadas no mesmo local físico dos documentos eletrônicos originais por motivo de economia de espaço de armazenamento.
 - (C) os *backups* devem ser gravados e, depois disso, essas mídias devem ser armazenadas em locais seguros e não devem mais ser manipuladas, a não ser em caso de restauração de dados perdidos.
 - (D) quando o sigilo for importante, os *backups* devem ser protegidos por meio de criptografia.
 - (E) o tempo de execução dos *backups* não é um fator importante a ser levado em consideração, já que, normalmente, esse tempo é bem pequeno.
60. Sobre a implantação do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), analise as assertivas abaixo.
- I. Sempre que vários empregadores realizarem simultaneamente atividades no mesmo local de trabalho, terão o dever de executar ações integradas para aplicar as medidas previstas no PPRA, visando à proteção de todos os trabalhadores expostos aos riscos ambientais gerados.
 - II. O conhecimento e a percepção que os trabalhadores têm do processo de trabalho e dos riscos ambientais presentes, incluindo os dados consignados no Mapa de Riscos, deverão ser considerados para fins de planejamento e execução do PPRA apenas na fase inicial do programa.

- III. O empregador deverá garantir que, na ocorrência de riscos ambientais nos locais de trabalho que coloquem em situação de grave e iminente risco um ou mais trabalhadores, estes possam interromper de imediato as suas atividades, comunicando o fato ao superior hierárquico direto para as devidas providências.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
LIII CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA OUTORGA DAS DELEGAÇÕES DAS ATIVIDADES
NOTARIAIS E/OU REGISTRAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Remoção - Prova A

01 - A	11 - A	21 - D	31 - A	41 - D	51 - C
02 - B	12 - D	22 - E	32 - C	42 - A	52 - D
03 - D	13 - A	23 - B	33 - D	43 - E	53 - C
04 - E	14 - D	24 - D	34 - B	44 - A	54 - D
05 - D	15 - D	25 - A	35 - A	45 - C	55 - A
06 - C	16 - E	26 - C	36 - C	46 - E	56 - A
07 - A	17 - B	27 - D	37 - E	47 - B	57 - D
08 - D	18 - A	28 - D	38 - D	48 - C	58 - B
09 - B	19 - E	29 - E	39 - C	49 - A	59 - D
10 - E	20 - C	30 - E	40 - B	50 - D	60 - D

Remoção - Prova B

01 - C	11 - E	21 - B	31 - C	41 - B	51 - A
02 - A	12 - B	22 - C	32 - B	42 - E	52 - B
03 - B	13 - D	23 - E	33 - E	43 - D	53 - E
04 - E	14 - C	24 - A	34 - A	44 - C	54 - B
05 - B	15 - E	25 - B	35 - C	45 - A	55 - C
06 - A	16 - D	26 - D	36 - D	46 - D	56 - E

07 - D	17 - A	27 - C	37 - B	47 - E	57 - A
08 - C	18 - E	28 - B	38 - E	48 - B	58 - A
09 - A	19 - C	29 - A	39 - A	49 - C	59 - C
10 - C	20 - D	30 - D	40 - C	50 - E	60 - E

Remoção - Prova C

01 - B	11 - B	21 - C	31 - D	41 - C	51 - B
02 - C	12 - C	22 - A	32 - A	42 - B	52 - E
03 - D	13 - E	23 - C	33 - C	43 - A	53 - A
04 - E	14 - A	24 - B	34 - D	44 - E	54 - E
05 - C	15 - C	25 - C	35 - B	45 - A	55 - B
06 - A	16 - B	26 - D	36 - E	46 - A	56 - D
07 - E	17 - D	27 - B	37 - D	47 - D	57 - A
08 - E	18 - C	28 - E	38 - C	48 - B	58 - A
09 - B	19 - A	29 - C	39 - E	49 - A	59 - C
10 - D	20 - B	30 - B	40 - A	50 - C	60 - B